

Jornais de agora

# GRANDES, HEROICOS & DEPENDENTES

*texto de Nilson Lage*



Se alguma coisa chamava a atenção em Deodato Maia, secretário de redação do *Diário Carioca*, era sua voz tonitruante. Naquela época, a segunda metade dos anos 50, o automóvel particular era uma raridade e a classe média do Rio de Janeiro procurava distinguir-se utilizando para seu transporte microônibus chamados *lotações*, que se caracterizavam pela ousadia dos motoristas, pelo preço caro da passagem e por levar pouca gente — entre dez e trinta passageiros, todos sentados — em cada viagem. Os lotações partiam da Praça Mauá, junto ao porto e bem perto da sobreloja da Avenida Rio Branco em que funcionava o *Diário*. Todas as tardes, formavam-se nas calçadas longas filas de pessoas que suportavam horas e horas de espera. Para distraí-las, vendia-se de tudo, desde picolés até a esperança de vida eterna: exatamente às 18 horas, um pregador meio maluco trepava num caixote, em frente ao jornal, e começava a combater o fumo, o álcool, a luxúria. Pouco tempo depois, Deodato esticava o pescoço em direção à janela e, com a boca de megafone, gritava para o crente:

– Comunista!

O homem dava um salto no caixote, as cabeças se voltavam na direção do autor da calúnia, a pregação tomava o rumo de uma defesa veemente, até que Deodato berrava de novo:

– Comunista!

E assim por toda a noite, nos dias úteis.

O episódio, em sua simplicidade e até por causa dela, ilustra o grande debate ideológico que então se começava a travar — puro *non-sense*. Para a imprensa brasileira, os anos 50 representaram o começo de muita coisa: novas possibilidades, novas técnicas. Na década seguinte, o processo de concentração empresarial se acentuaria, ao lado da ideologia da sofisticação tecnológica.

O jornal-indústria sobreviveu ao período de repressão das liberdades públicas, de 1968 a 1978. A televisão atingiu o apogeu e, com ela, um centralismo cultural que, impondo os valores cosmopolitas da sociedade industrial, serve aos interesses multinacionais dominantes.

As grandes empresas assumem o encargo de controlar o fluxo de informações, passam a exigir e a comprar fidelidade ideológica de seus funcionários e mais que nunca se ouve a acusação, partida não se sabe de onde:

– Comunista!

### **ASSIM NASCEU A NOVA FORMA DE CONTAR OS FATOS**

O *Diário Carioca*, onde trabalhava Deodato, era um jornal conservador. No entanto, foi o foco de uma revolução de linguagens em meio à profunda mudança de conteúdos que se processava na sociedade brasileira, entre duas memoráveis campanhas eleitorais vitoriosas, de Getúlio Vargas e de Jânio Quadros.

Até então, os jornais brasileiros tinham bons articulistas, alguns excelentes repórteres, mas as notícias saíam sem estilo próprio. Predominava um português literário, pedante, mas encontrava-se também o jargão dos cartórios ou a formalidade dos ofícios de repartição pública.

Freqüentemente aparecia o *nariz-de-cera*, ridícula introdução moralista, genérica. Assim, para registrar o furto de algumas galinhas, o redator começava: “Os crimes contra a propriedade vêm-se avolumando em nossa outrora ordeira metrópole. . .”

O *Diário Carioca* pôs no arquivo esta sublitteratura. Para isto, não apenas importou a técnica de redação que já há muito se havia desenvolvido nos Estados Unidos e na Europa, e se difundira aqui com os telegramas de agências internacionais de notícias, sobretudo ao tempo da Segunda Guerra Mundial. Na verdade, a redação do *Diário* — liderada por Pompeu de Souza (pioneiro, anos depois, do ensino moderno de jornalismo, na Universidade Nacional de Brasília, durante a gestão Darci Ribeiro), Luís Paulistano (morto em desastre de helicóptero, no início da década de 60, quando era assessor de imprensa do Governador Roberto Silveira, do Estado do Rio de Janeiro, então com capital em Niterói), Carlos Castello Branco (mais tarde secretário de imprensa do Presidente Jânio Quadros e o principal cronista político da vida brasileira após 1964) e outros — praticamente reinventou a estrutura do texto das notícias, partindo do modelo britânico para adaptá-lo à língua portuguesa, à cultura e ao momento histórico do Brasil. Formou-se ali um grupo de jornalistas jovens que influiria por muito tempo na formatação dos textos noticiosos em jornais brasileiros.

O *Diário Carioca* pegou o *lead* inglês (parágrafo inicial da notícia, onde se relata o fato principal a partir de seu ângulo mais importante ou atraente) e lhe emprestou vivacidade, um humor quase chegando à irreverência, um distanciamento que abria ao leitor toda possibilidade

crítica. Acrescentou-lhe um segundo parágrafo, o *sublead*, destinado ao equilíbrio gráfico e que se mostrou muito útil para a complementação informativa. Transformou cada um de seus redatores num exterminador de chavões, investigador da linguagem das ruas, inimigo mortal das palavras sem sentido, detetive empenhado na busca da frase transparente pela qual a realidade se deixa ver, sem quaisquer sombras ou distorções.

Mais tarde, quando a forma moderna de escrever se institucionalizou na imprensa brasileira e se definiram fronteiras mais estreitas para a liberdade, foi exatamente este radicalismo de linguagem o que se procurou conter através de fórmulas convencionais, de nomes ambíguos para as coisas, do confinamento do humor ao desenho do *cartoon* (a *charge*, a caricatura), da introdução de novos chavões.

### **A ESTRANHA LUTA ENTRE O CORVO E O BESSARABIANO**

Esta revolução da técnica de escrever começou logo após o *Diário Carioca* ter vendido a sede própria que construía na Avenida Presidente Vargas, perto da Central do Brasil. Samuel Wainer comprou o prédio de três andares, moderno e cheio de defeitos, para ali instalar sua *Última Hora*, em 1951. Dispunha de financiamento do Banco do Brasil e de uma proposta definida: apoiar a política do recém-empossado Getúlio Vargas .

Samuel tinha boas idéias e dinheiro para realizá-las. Ingressou no mercado com uma política agressiva de salários: podia-se afinal viver decentemente com o que *Última Hora* pagava a seus redatores, repórteres, diagramadores e fotógrafos. Outra novidade do jornal foi a apresentação gráfica: ao contrário do costume da época, suas páginas, em particular a primeira, obedeciam a um projeto previamente desenhado, com títulos, textos e fotos programados para o espaço disponível. O azul aparecia em largos fios, colorindo e identificando as páginas externas. Movimentado do ponto de vista estético (conforme o estilo argentino de diagramação, que Andrés Guevaa, artista argentino, trouxe para o Brasil: foi contratado por Samuel em 1949.

Jornal popular, ali trabalharam intelectuais de prestígio: Sérgio Porto (que criou e incorporou seu alter-ego, Stanislaw Ponte Prea), Octávio Malta, Marques Rebelo, Moacir Werneck de Castro, Nelson Rodrigues, Paulo Francis, Antônio Maria); muitas das reportagens e do noticiário de artes e espetáculos destinavam-se a leitores com pretensões intelectuais. Assim refletia-se o joto de poder do governo trabalhista, que se apoiava nas massas populares mas não podia dispensar a simpatia de frações da elite, que, no Brasil, distingue-se bastante.

O surgimento e o êxito inicial de *Última Hora* desencadearam uma tempestade. Embora vários outros jornais estivessem devendo a agências do Governo (*Última Hora* levantou Cr\$ 156 milhões, em moeda da época; os *Diários Associados* deviam, só ao Banco do Brasil, Cr\$ 162 milhões; O *Globo* obteve, entre 1950 e 1952, financiamentos de importação no montante de um milhão e pouco de dólares), a grande imprensa brasileira uniu-se numa campanha vigorosa contra Samuel Wainer. A decretação de sua prisão preventiva foi o passo seguinte para a articulação da derrubada do trabalhismo e o suicídio de Vargas.

*Última Hora* sobreviveu, no entanto. Afastada do prédio da Avenida Presidente Vargas (que já não existe hoje, derrubado para a construção do metrô), mudou-se para casa menor, na discreta Rua Sotero dos Reis, Praça da Bandeira, e lá continuou a sair com suas tarjas azuis, rodada numa velha rotativa Marinoni. Compôs-se com o Governo Juscelino Kubitschek e ganhou maior alento quando João Goulart assumiu a Presidência, após a renúncia de Jânio Quadros. Tirava então, em 1962/1963, duas edições diárias no Rio de Janeiro, mais uma para o interior do Estado, uma "nacional" e outra para Minas Gerais; duas edições paulistas e uma do Paraná, rodadas em São Paulo; uma edição gaúcha, em Porto Alegre; edição do Nordeste, em Recife — ao todo, mais de 500 mil exemplares diários.

Em 1964, com a deposição de Jango, a sede carioca foi depredada, fechado o jornal de Recife, vendidos o de São Paulo e o de Porto Alegre, que deu origem à *Zero Hora*. No Rio de Janeiro, *Última Hora* continuou circulando (saiu mesmo a 2 de abril, dia seguinte à ocupação da cidade, com uma edição de quatro páginas) em grande parte por causa de um erro do comando terrorista que assaltou a Rua Sotero dos Reis na tarde do dia 1.º: os rapazes armados depredaram a redação, no 2.º andar, e tentaram quebrar a porta de vidro à prova de bala que protegia a sala do Departamento do Pessoal, bem em frente ao corredor de entrada, no *hall*. Frustrados pela resistência da placa de cristal inglês, deixaram de forçar outro painel de vidro, depois do elevador. Este, porém, era de material comum, e se teria estilhaçado ao primeiro golpe; adiante estava a oficina de composição. Correram, então, a incendiar as kombis e jipes azuis da garagem em frente, onde se guardava a frota de reportagem e distribuição, e isto atraiu os bombeiros do quartel próximo.

*UH* assistiu ao retorno de seu fundador do exílio na Europa e afinal foi também negociada. Esteve em mãos de empreiteiros de obras públicas e ainda circula, sem os compromissos de antigamente.

Na campanha contra *Última Hora*, destacou-se um jornalista da geração de Samuel Wainer. Em sua *Tribuna da Imprensa*, fundada na mesma época, Carlos Lacerda articulou o grande salto que o levaria a uma carreira política esfuziante. A *Tribuna* era um jornal tecnicamente

inovador, como o *Diário Carioca*; seu estilo, no entanto, descendia diretamente da imprensa norte-americana, com o critério das frases curtas e uma proposição-por-período. O dono, Lacerda, era um tremendo polemista, que logo empolgou as camadas médias da sociedade carioca, estupefatas diante da nova classe burocrática das grandes empresas e das levas de migrantes que desembarcavam às centenas, diariamente, para ocupar favelas e apartamentos conjugados, disputar empregos, mercadorias, espaços e serviços da cidade. Da *Tribuna*, Lacerda partiu para comandar, no Congresso e pelo rádio, a campanha contra Getúlio. elegeu-se governador em 1960, enfrentou João Goulart com a fúria de sempre, fez de seu palácio a sede local do movimento militar de 1964. Tão logo deixou de ser útil, foi afastado da política e teve cassados direitos de cidadania. Tentou ainda se aliar aos adversários de antes, mas terminou a vida como editor de livros, cultivando rosas no sítio de Petrópolis. Morreu antes de Samuel Wainer, a quem o destino reservou a sorte de ser jornalista — empregado das *Folhas*, de São Paulo — até o fim. Wainer morreu em 1980.

A briga entre esses dois foi um acontecimento à purte. Para quem olhasse de fora, parecia valer tudo. Se Wainer era, para a *Tribuna*, o *bessarabiano* — estrangeiro que, pela Constituição, jamais poderia ter sido dono de jornal — Lacerda era, para a *Última Hora*, o *corvo* (desenhado pelo caricaturista Lan) que piores augúrios trouxe às últimas horas da vida de Getúlio Vargas. No entanto, respeitavam certas áreas de intimidade, um do outro. E foram ambos contraditórios: Wainer era um patrão feroz na exigência de trabalho. Costumava dizer aos redatores que, entre a edição matutina e a do vespertino, “fossem para casa e dormissem depressa”. Lacerda com toda sua pregação contra as empresas estatais, foi, no Estado da Guanabara, um dos mais aplicados plantadores de companhias do governo de que se tem notícia, para explorar os telefones, o serviço de ônibus, o abastecimento de gás, de água, de esgoto e a coleta do lixo.

E a *Tribuna*? Como *Última Hora*, foi vendida, esteve em mãos do grupo do *Jornal do Brasil* e, afinal, sob o comando de Hélio Fernandes, resistiu o quanto pôde à censura após 1968. Quase sem anúncios e com a estrutura própria de coleta de informações praticamente desmontada, tornou-se uma espécie de diário alternativo.

### **JORNAL DO BRASIL, UM VASO GREGO AO SUL DO EQUADOR**

D. Maurina, dona do *Jornal do Brasil*, é viúva de conde. Ernesto Pereira Carneiro obteve o título papalino em 1919, um ano depois de adquirir a propriedade do jornal, do qual era acionista (e foi redator de finanças) desde o começo do século. O *Jornal do Brasil* era uma empresa entre as muitas deste homem de negócios, que atuava principalmen-

te na área do comércio e dos transportes. Com o tempo, o jornal, fundado em 1891 e que em 1906 introduzira os classificados na primeira página (seguindo o exemplo de vários grandes jornais do mundo, na época), havia construído uma história de muitos recordes e inovações importantes.

Porém, na década de 50, o *Jornal do Brasil* era um veículo envelhecido e sem interesse, que se consultava quase que só para contratar empregadas domésticas ou alugar casa.

Herdeira desse legado, D. Maurina, *née* Dunshee de Abranches, resolveu explorar as potencialidades que o mercado oferecia. Chamou para dirigir o jornal Odylo Costa, filho, e abriu assim os portais para uma reforma gráfica editorial que terminou por impor novos padrões à imprensa burguesa do País.

O terceiro andar da velha sede da Avenida Rio Branco, prédio de estrutura metálica, inaugurado em 1909, foi povoado por jovens oriundos do *Diário Carioca*, da *Tribuna da Imprensa*, de outros lugares. Ferreira Gullar e Lago Burnett, poetas e maranhenses; Hélio Pólvora (o romancista), Néelson Pereira dos Santos (cineasta), José Ramos Tinhorão, Cipião Martins Pereira, Oscar Maurício de Lima Azedo, Hermano Alves (depois saiu deputado do *Correio da Manhã*, e foi cassado); Mário Faustino (paraense, poeta, morreu nos Andes, em desastre de avião; Ana Arruda (depois mulher de Antônio Calado), Jânio de Freitas, Reinaldo Jardim, Newton Carlos. Entre os menos jovens, Heráclito Sales, Carlos Castello Branco e o folclorista Édison Carneiro.

Abriu-se espaço para as notícias: o diário que nasceu monarquista no segundo ano da República assumiu por algum tempo ares de irreverência. No título de uma litografia de primeira página em que o Presidente Jucelino Kubitschek estendia a mão para o embaixador norte-americano, apareceu o refrão de uma marchinha de carnaval: "Me dá um dinheiro aí". Sobre o instantâneo do passo inseguro do Presidente Jânio (Juadros, a dúvida nacional: "Para onde vamos?") Os novos redatores acreditavam numa imprensa olímpica, acima das forças que tanto pesam na vaidade e na caixa registradora. Estavam mergulhados por inteiro no espírito renovador e ingênuo de sua época.

Para formular o projeto gráfico do jornal, contratou-se o artista plástico Amílcar de Castro, mineiro que expunha suas esculturas periodicamente em Nova Iorque. Ele risca a primeira página mantendo um "L" de classificados, padroniza em tipo clássico (*bodoni*) a composição e os títulos, distribui as matérias em rigorosa simetria e alinhamento. Aplica, para este fim, as regras de proporção do vaso grego.

O texto é quase todo reescrito: todo poder ao *copydesk*. O velho jornal assombra seus leitores com um suplemento dedicado à defesa do concretismo — assunto absolutamente inusitado. Surgem a bossa nova,

o cinema novo, Brasília, extensas rodovias. É preciso ensinar a um número crescente de consumidores tudo sobre automóveis, bebidas de rótulo internacional, objetos de decoração, a solidão urbana, como se comportar nos botequins da moda (e quais são eles), o que ouvir nos aparelhos de som. Aplicado a esta didática informativa, o jornal se incumbiu de sociabilizar as elites e se torna o padrão de bom gosto: logo virá o Caderno B.

É claro que apenas alguns aspectos da reforma foram mantidos e copiados. No início dos anos 60, a revolução de Fidel Castro ofereceu as melhores e mais abundantes imagens de primeira página. Quando o Presidente Jânio Quadros renunciou, a redação mostrou sua força, enfrentando a censura para, num dia, publicar com disfarce as notícias proibidas e, no dia seguinte, sair à rua apenas com os classificados.

No entanto, já em 1962, consolidada a fama de liberalismo e a imagem de símbolo da vanguarda cultural, o *Jornal do Brasil* passou a receber a influência do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais — IPÊS — e se engajou no movimento que conduziu à deposição do Presidente João Goulart. No final do mesmo ano, na esteira de uma greve de gráficos e jornalistas, promoveu seu primeiro expurgo ideológico na redação. Naquela ocasião, as empresas tentaram, pela primeira vez, um acordo — que então não deu certo — para que o profissional demitido de uma delas não fosse admitido por qualquer das outras. Criou-se a categoria do jornalista *leproso* que, no futuro, iria incluir alguns dos melhores do país.

Anos mais tarde, quando foi decretado o Ato Institucional número 5, o *Jornal do Brasil* realizou um ato de resistência, isolado porém antológico: a previsão do tempo que saiu no alto da primeira página (nuvens negras no horizonte) iria vigorar por uma década. Era, então, editor geral, Alberto Dines. Sob a vigência do Ato, a empresa iria mudar-se para a Avenida Brasil, adquiriria novos equipamentos, tentaria diversificar suas atividades.

### **CORREIO DA MANHÃ; UM JORNAL CONTA A REPÚBLICA**

Em 15 de junho de 1901, quando Edmundo Bittencourt lançou o primeiro número do *Correio da Manhã*, o Brasil experimentava os efeitos sociais da recessão econômica imposta três anos antes pelos banqueiros ingleses em troca de um empréstimo de dez milhões de libras. O Presidente Campos Sales iniciava a *política dos governadores*, distribuindo responsabilidades e benesses do poder federal entre as oligarquias dos estados. O resultado positivo foi a aparência de estabilidade, em oposição aos conflitos que marcaram o governo de Prudente de Moraes

(1894-1898); discretamente, implantava-se a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais, o *café-com-leite*, que predominou até a revolução de 1930.

O *Correio* nasceu oposicionista e foi oposicionista quase todo tempo, até a última edição, de número 24.881, em 7 de junho de 1974. Combateu com fúria muitas políticas públicas, com razão ou sem ela. Os pontos culminantes de sua história podem ser contados com intervalos regulares de vinte anos.

1. Em 1904, sintonizado com o descontentamento da população afetada pelas grandes obras que modernizavam o Rio de Janeiro, o jornal do jovem Edmundo lutou contra a “inoculação obrigatória nas pessoas do pus das vacas” - medida imposta pelo cientista Oswaldo Cruz para pôr fim às epidemias que assolavam a cidade. A *revolta da vacina* foi noticiada nas edições de 11 a 15 de novembro; decretado o estado de sítio, o jornal saiu no dia 18 sob censura e só voltou às bancas em 15 de dezembro.
2. No governo de Artur Bernardes (1922-1926), a circulação do *Correio da Manhã* seria interrompida novamente, dessa vez por mais tempo: de 31 de agosto de 1924 a 30 de maio de 1925. Bernardes governou em estado de sítio o país abalado por movimentos de trabalhadores (ecos da agitação que sacudiu a Europa após a Revolução Russa de 1917; o Partido Comunista Brasileiro foi fundado em 1922) e revoltas militares do ciclo “dos tenentes” (o levante dos “18 do Forte” de Copacabana, em 1922, a rebelião que se apossou de São Paulo por 23 dias e foi reprimida com o bombardeio da cidade, em 1924, e a coluna Prestes, que percorreu o interior do país durante cinco anos e se internou na Bolívia em 1927). Nesse contexto, o *Correio* ocupava a primeira página inteiramente com noticiário internacional e se limitava, nas páginas internas, às notícias oficiais, cobertura de esportes e de polícia.- com algumas raras e disfarçadas menções críticas à realidade. Ainda assim, era considerado um risco em potencial; a suspensão do jornal baseou-se na suposta impressão em sua gráfica de um folheto subversivo.
3. Em 22 de fevereiro de 1945, o *Correio* protagoniza a História: na vigência do Estado Novo, regime ditatorial vigente desde 1937, publicou a entrevista concedida ao repórter Carlos Lacerda por José Américo de Almeida, ex-Ministro da Viação, abrindo caminho para o fim da censura e o início do processo que levou à renúncia de Getúlio Vargas, em 29 de outubro.
4. O que aconteceu em 1964 foi o instante máximo da existência do *Correio da Manhã* como jornal de oposição e também o episódio que o

conduziria à falência e à desapareição. No dia 29 de março, um editorial advertia para os riscos da tolerância do governo com a rebeldia de praças das forças armadas e continha um parágrafo profético: “As primeiras vítimas da supressão das liberdades democráticas seriam, sem dúvida, os rebelados de hoje, que, pela sua indisciplina, provocam a crise.”

Nos dias 31 de março e 1 de abril, publicou editoriais virulentos instigando o golpe de estado: “Basta” e “Fora” . Logo no dia 2 de abril, porém, sairia o primeiro texto de Carlos Heitor Cony contendo críticas ao autoritarismo que se implantava: “A salvação da pátria”. Seguiram-se outros, reunidos em seu livro *O ato e o fato*. A contestação do regime militar prosseguiu com várias outras iniciativas do jornal. Em 1966, disfarçada como anúncio, saiu em suas páginas a íntegra da carta do jurista Heráclito Fontoura Sobral Pinto ao Ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, protestando pela cassação dos direitos políticos do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Em outubro de 1968, uma entrevista da nora do Brigadeiro Itamar Rocha, então prisioneiro, ao repórter Pery Cotta denunciava um plano de militares radicais para “eliminar grupos estudantis e outros que sejam considerados inconvenientes”. Era a “Operação Para-Sar”, a conspiração mais ousada e sinistra da história brasileira: planejava explodir o gásômetro do Rio de Janeiro e a represa de Ribeirão da Lajes, que abastecia a cidade de água; acusar supostos “guerrilheiros comunistas” por esses crimes; e, na confusão que se criaria, capturar e atirar ao mar, a 40 quilômetros da costa, 40 personalidades de destaque no mundo cultural e político do país.

Diferentemente de *Última Hora*, que mantinha as características gráficas e editoriais de um jornal popular, o Correio, com sua aparência sóbria e sede imponente na Avenida Gomes Freire, 471, era veículo prestigiado por uma elite liberal não comprometida com o trabalhismo – juristas, empresários, médicos, altos funcionários públicos. Sua posição imediatamente após o golpe de 1964 teve grande repercussão: nas eleições de 1966, o jornal elegeu dois deputados federais pelo Estado da Guanabara, Hermano Alves e Márcio Moreira Alves; seus mandatos e direitos políticos foram cassados em 1968.

Edmundo Bittencourt é descrito como homem autoritário e tão agressivo quanto corajoso. Em 8 de junho de 1906, nas então desertas e distantes areis da praia de Ipanema, aceitou o desafio do chefe político Pinheiro Machado, gaúcho bom de tiro, para um duelo à bala. Os dois puseram-se de costas um para o outro, deram dez passos, voltaram-se, e Edmundo levou um tiro; a bala se alojou no osso íliaco.

Em março de 1929, Edmundo Bittencourt transferira ao filho, Paulo, a propriedade e comando do *Correio da Manhã*. Temperamento e formação diferente do pai (estudou em Cambridge), Paulo conduziu o jornal empresarialmente (na década de 1960, tinha sede própria, um edifício na Avenida Gomes Freir era coproprietário de fábricas de papel de imprensa no exterior e de ações em empreendimentos diversificados) tornou-o sóbrio, mas manteve critérios incomuns: alguns nomes de pessoas não podiam ser publicados, entre eles os de Arthur Bernardes (por causa do episódio de 1934-1925), e Lima Barreto, por ter ambientado na redação do *Correio* (apelidado de *Globo*) o seu romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1907), emprestando ao protagonista traços atribuídos ao dono do jornal

Com a morte de Paulo, em agosto de 1963, coube à viúva, Niomar Muniz Sodré Bittencourt, f então com 46 anos, enfrentar a pressão que se tornaria insuportável logo após a decretação do Ato Institucional número 5, em 13 de dezembro de 1969. No mesmo dia, foram presos o diretor-superintendente e o redator-chefe do jornal; em 7 de janeiro, a própria Niomar e os demais diretores. A edição foi integralmente apreendida no dia 27 de fevereiro e o jornal suspenso por cinco dias. Quando voltou a circular, em 4 de março, o nome de Niomar já não figurava no expediente. A empresa pediu concordância sete dias depois e foi arrendada em seguida ao grupo editorial do empresário Maurício Nunes de Almeida.

O *Correio da Manhã* circulou ainda por cinco anos. Em seus 73 anos de história, passaram pela redação personagens importantes da cultura brasileira. Nas primeiras décadas, entre outros, José Veríssimo, crítico literário e idealizador da Academia Brasileira de Letras; Leão Veloso, famoso também por uma sopa que criou com frutos do mar e até hoje frequenta restaurantes cariocas; Afonso Celso, autor polêmico de *Porque me ufano de meu país*; Coelho Neto, escritor prolífico com sua prosa rebuscada, parnasiana (50 romances, 20 peças de teatro e 12 livros de crônicas listados em sua biografia no arquivo da Academia Brasileira de Letras<sup>1</sup>); o advogado e líder socialista Evaristo de Moraes; e o dramaturgo Artur Azevedo.

A presença desses personagens não assegurou padrão ético e jornalístico elevado à redação do *Correi*. A imprensa, que no tempo do império dependia do mecenato benevolente do imperador e de sua corte, vivia, no começo do século XX, um período em que a sustentação comercial dependia de corretores autônomos, que tinham grande influência nas redações; os salários ínfimos eram comumente complementados por comissões sobre anúncios ou empregos públicos providenciados pe-

los padrões. A linguagem formalista, distante da língua corrente, e a imitação de padrões europeus acentuavam o artificialismo da vida literária e a hipocrisia dos discursos dados como progressistas. Esse clima é descrito cruamente no romance *Recordações do Escrivão Isaías de Caminha*, que Lima Barreto publicou em 1909 e que o afastou para sempre da grande imprensa carioca.

Em anos mais recentes, escreveram no *Correio da Manhã* Carlos Drummond de Andrade, que assinava uma coluna com as iniciais C.D.A; o romancista Graciliano Ramos, revisor dos principais textos do jornal; o teatrólogo e diplomata Pascoal Carlos Magno, o crítico e musicólogo Eurico Nogueira França; o dicionarista Aurélio Buarque de Holanda; o escritor Antônio Calado; o crítico de cinema Salvyano Cavanante de Paiva. Por muitos anos redator-chefe do jornal, Álvaro Lins, que seria chefe do gabinete do Presidente Juscelino Kubitschek, com quem romperia mais tarde, é autor de três textos sucessivos sobre Carlos Lacerda considerados exemplares de jornalismo combativo: *Um pobre rapaz*, *Pobre coitado* e *Um pobre diabo*.

### **DIÁRIO DE NOTÍCIAS: UM NACIONALISMO NÃO-TRABALHISTA**

Fundado pelo cearense Orlando Ribeiro Dantas em 12 de junho de 1930, o Diário de Notícias nasceu empenhado na campanha presidencial de Getúlio Vargas, a quem apoiou na revolução de 1930 e, logo adiante, passou a combater, alinhando-se com o movimento por uma assembleia constituinte que desembocaria na insurreição paulista de 1932. Durante o Estado Novo, período ditatorial entre 1937 e 1945, manteve-se independente<sup>1</sup>, rejeitando os favores do Departamento de Imprensa e Propaganda que outros jornais recebiam gostosamente.

Frequentavam a redação, naquela época, personagens que participariam ativamente da política nas décadas seguintes, militando na União Democrática Nacional (UDN): Otávio Mangabeira, Adauto Lúcio Cardoso e Eduardo Gomes, entre outros. O quadro de colaboradores era politicamente mais diversificado: Mário de Andrade, Augusto Frederico Schmidt, Álvaro Moreira, Alceu Amoroso Lima, Luís da Câmara Cascudo, Afonso Arinos de Melo Franco, Josué de Castro, Sérgio Buarque de Holanda, Graciliano Ramos...

No início da década de 1950, o Diário tinha discurso próprio que o levou a confrontar-se com O Globo. O aspecto mais notável desse confronto foi um debate acirrado sobre histórias em quadrinhos. Elas re-

---

<sup>1</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, pag. 439.

presentavam generosa fonte de renda para várias editoras: a empresa de Roberto Marinho editava o Gibi, o Globo Juvenil e outras publicações com tiras importadas dos Estados Unidos. Orlando Dantas contestava o valor educativo dessas histórias – em que se lançaram alguns dos heróis ainda hoje exaltados pela indústria cultural como o Super-Homem, o Capitão América e o Capitão Marvel.

A morte de Orlando, em 1953., não afetou, de imediato a linha do jornal, que fazia forte oposição ao governo de Juscelino Kubitschek e à construção de Brasília. Era, então uma empresa vencedora – o diário de maior circulação do Rio de Janeiro, com público cativo constituído de gente da classe média - militares, professores, burocratas e pessoal do comércio.

A viúva, Ondina Portela Ribeiro Dantas, é descrita como figura competente (escrevia uma coluna sobre música com o pseudônimo D'Or) e autoritária – apelidaram-na de “marechala”<sup>2</sup>; entre as figuras mais próximas dela na redação figuravam duas mulheres: Eneida de Moraes e Pomona Politis, esta colunista social. As decisões mais importantes passariam, no entanto, a ser tomadas, nos anos seguintes, pelo filho, João Portela Ribeiro Dantas.

Em 1957, João Dantas deu um passo empresarial arriscado: comprou o acervo de O Mundo, jornal dirigido por Geraldo Rocha e ligado a Juan Domingo Perón, presidente da Argentina deposto em 1955 e então no exílio em Madri, Espanha: máquinas gráficas, uma revista em cores, Mundo Ilustrado, e um prédio de sete andares, na Rua do Riachuelo, 114 (a sede anterior era na Rua da Constituição, 11). A mudança foi sacramentada no expediente do jornal do dia 5 de novembro, sobre a manchete que proclamava: “Pretendem os russos ir à Lua”.

No ano seguinte, o risco assumido foi ideológico e político: o Diário de Notícias promoveu um estudo sobre “a Revolução Brasileira”, por uma equipe coordenada por José Artur Rios. O documento, publicado em 15 de junho, teve grande repercussão. Propunha, entre outras coisas, reforma agrária, nacionalização de indústrias de base e das empresas de rádio e televisão e um programa de educação em massa, com a extinção do analfabetismo.<sup>3</sup>

Essa proposta – divergente, embora, em vários itens, em pontos de vista do grupo político a que tradicionalmente se ligara o Diário de Notícias –, foi apresentada por João Dantas ao candidato Jânio Qua-

---

<sup>2</sup> <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101423/memoria15.pdf>, pag. 36

<sup>3</sup> Idem, pag. 76

dros, com quem se encontrou em Bled, na Croácia. Juntos visitaram o Japão, a Índia, o Paquistão, o Irã, o Egito, Israel e Líbano. Foram à China: Falando à France Press, em Pequim, como porta-voz de Jânio, Dantas defendeu o reconhecimento do regime de Mao Tsé Tung e o restabelecimento de relações com a Rússia.<sup>4</sup>

Ortodoxo em economia mas heterodoxo em política externa, Jânio perdeu apoio político rapidamente, ao assumir a presidência; renunciou ao fim de sete meses. Ao defender a posse do vice-presidente, João Goulart, e aliar-se até mesmo a antigos desafetos, como Leonel Brizola, o Diário de Notícias fixou definitivamente junto às correntes políticas que se digladiavam uma imagem sinuosa e, portanto, não confiável. Pouco lhe valeu o apoio tardio ao golpe de 1964; no governo do Marechal Castelo Branco, ele daria espaço ao discurso crítico de Carlos Lacerda, a essa altura na oposição e caminhando para se recompor com Juscelino Kubitschek e João Goulart na construção de uma pretendida “frente ampla”. No governo do Marechal Costa e Silva, opôs-se à legalização do jogo do bicho, defendida pela primeira dama, Yolanda, e isso lhe valeu mais uma inimizade poderosa.

O jornal estava virtualmente falido, afogado por dívidas com a previdência social e bancos oficiais. Sua sobrevivência é atribuída a um capricho do então ocupante da Presidência da República, General Emílio Garrastazu Medici: ele não queria que deixasse de circular, durante seu governo, o jornal que se habituara a ler na mocidade.<sup>5</sup> Vendido formalmente por US\$500 mil ao grupo TAA, do empresário pernambucano Fernando Rodrigues, representado pelo deputado Ricardo Fiúza, indicado pelo Ministro da Fazenda, Delfim Netto, esteve sob intervenção do governo de 1970 até 1973, com alguma descontinuidade de circulação. Os novos proprietários assumiram o controle em 1973, mas não ficaram por muito tempo.

O último número, edição 14.747, circulou em 10 de novembro de 1976, desfigurado, com a manchete sobre um press-release: “Ferroviário recebe novembro com aumento do Plano”.

### **CHATEAUBRIAND: AGORA, OS TEMPOS SÃO OUTROS**

Nenhum jornal ou revista — nem todos eles somados — conseguiriam ter a quinta parte da penetração de um novo veículo que nasceu

---

<sup>4</sup> Idem, pag. 49 et alii.

<sup>5</sup> Idem, pag. 102.

justamente em 1950. Por esta época, muitas estações de televisão foram inauguradas pelo mundo. Nenhuma, porém, de modo tão insólito quanto a TV Tupi de São Paulo: a golpes de garrafa de champagne, Assis Chateaubriand Bandeira de Melo abriu a nova era da comunicação eletrônica no Brasil e quebrou uma das três únicas câmaras da estação.

Em 1919, depois de chefiar por alguns meses a redação do *Jornal do Brasil*, Assis Chateaubriand comprou O *Jornal* do Rio de Janeiro, com a ajuda de Lúcio Pessoa, Alfredo Pujol e Virgílio de Melo Franco. Daí partiu para estabelecer uma cadeia nacional de empresas jornalísticas e de radiodifusão cobrindo todos os Estados brasileiros. Poucas vezes recolheu impostos, pagou luz ou telefone, contribuiu para fundos de previdência. Quando pressionado, obtinha o perdão da dívida, renegociava prazos ou fazia acordo de permuta por publicidade; sabe-se que foi assim, por exemplo, que a Light, então empresa canadense, pagou uma campanha contra a construção de usinas autônomas para a eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Quanto aos recursos, Chateaubriand desenvolveu uma técnica muito peculiar para obtê-los, de fonte pública ou privada, ora bajulando, ora chantageado com a ameaça de publicar (e eventualmente publicando) reportagens desmerecedoras ou inconvenientes para a vítima. Fazia tudo isso na hora certa e com a gente certa, sem desmerecer-se ou inculpar-se, como se fosse um Macunaíma. Às vezes, suas intenções se diriam nobres: de seu empenho vieram as doações de quadros para o acervo milionário do Museu de Arte de São Paulo. Um cético no fim da vida, que os médicos tentavam prolongar a todo custo, deserdou os filhos para entregar seu conglomerado de empresas a um condomínio acionário constituído pelos principais auxiliares. O sistema jamais funcionou a contento, embora tenha mantido o costume de não levar a sério a cobrança de serviços ou impostos.

Pouco a pouco, o Brasil estava mudando e as condições tornavam-se bem mais complicadas do que no tempo do *velho capitão*.

Mais do que as questões internas desse condomínio, que chegou a reunir empresas muito prósperas, como o *Estado de Minas*, e outras insolventes, vale a pena considerar alguns aspectos destas novas condições. *Primeiro*, o desenvolvimento do capitalismo industrial estimulou a racionalidade administrativa e a concentração de recursos nas metrópoles do Centro-Sul — o que contrariava a tradição dos *Associados* e a constituição do condomínio. *Segundo*, surgiram e prosperaram novos concorrentes, bem mais confiáveis para o Governo Federal e, sobretudo, para as corporações multinacionais que comandam, sem dúvida, as principais verbas do mercado publicitário. O *Cruzeiro*, magazine associado de penetração nacional, cedeu lugar à *Manchete* dos Bloch, que jamais a igualou na tiragem dos bons tempos. Mas a maior influên-

cia política, e o *filé mignon* das revistas infantis, ficaria com as publicações do grupo Civita, da Editora Abril. Da mesma forma, a Rede Tupi e as demais emissoras pioneiras cederiam o passo à avalanche da Rede Globo de Televisão, nos anos 1970.

### **SOBRE REVISTAS, TELEVISÕES E MONOPÓLIOS**

A *Manchete* de Adolfo Bloch — gráfico, imigrante russo, curiosa figura de líder familiar intempestivo e esperto — foi fundada em 1952, mas adquiriu a imagem definitiva nos anos do Governo Kubitschek. Emprestou suas cores à política do desenvolvimentismo e forneceu o pano de fundo de superficialidade cosmopolita de que careciam os beneficiários do processo. Este espírito preside até mesmo a decoração da sede da empresa: diante da fachada de vidro, o Parque do Flamengo e a Baía da Guanabara; por detrás, uma galeria de arte onde se expõe o acervo do dono, um teatro todo forrado de veludo vermelho, um refeitório de mármore com piscina e piano de cauda. Ali se editam, além da revista principal, publicações sobre televisão, fotonovelas e educação dos filhos, publicações eróticas para homens e para mocinhas, revistas dirigidas a empresários e profissionais liberais. As oficinas ficam longe, no subúrbio. Nos últimos anos, os investimentos do grupo têm sido orientados mais para outros campos: estações de rádio, fábricas de tintas, agricultura e industrialização de produtos agrícolas.

Bloch não é exemplo de racionalidade empresarial. A Editora Abril é. Em poucos anos, Victor Civita, Ítalo-americano que aprendeu muito de seu negócio na *Time-Life*, tornou-se o mais influente editor de magazines do País. Um dos segredos desta rápida expansão é a concessão da *Walt Disney Productions* que lhe facultou o domínio do setor rendoso das publicações destinadas a crianças (*Pato Donald, Mickey, Tio Patinhas*), permitindo-lhe até lançar com êxito trabalhos de criação de um *atelier* nacional (*Mônica*, de Maurício de Souza). Outro segredo, seu empenho em assegurar o controle dos pontos de estrangulamento tradicionais para quem quer que pretenda circulação nacional no Brasil, com destaque para a distribuição pelo imenso território do País. *Veja* emergiu dos anos de censura (1968-1978) como a mais influente revista brasileira de informação geral, até por ter sofrido e enfrentado o controle policial da informação (em certa época, publicava diabinhos medievais no lugar das matérias cortadas), nos períodos mais difíceis.

E o império Civita, de inegáveis vinculações internacionais, se desdobra pelas revistas femininas, pelas revistas eróticas, para adolescentes, para empresários. No complexo gráfico da Avenida Marginal do Tietê reinam títulos fortes, rendas seguras, extremo realismo e mercadologia competente — qualidades raras na tradição editorial brasileira.

Tais qualidades têm, porém, resultados ainda mais sensíveis no campo da televisão. As estações locais e a produção ao vivo eram ainda a regra em 1965, quando Roberto Marinho, dono de *O Globo*, fundou a primeira estação de sua rede, contando com o apoio financeiro e técnico da *Time-Life*. Mais importante que o dinheiro (calcula-se que *Time-Life* tenha despendido, só em 1965, 3 milhões de dólares), esta associação representou o ingresso no País de uma avançada tecnologia de *marketing* e de uma política de investimentos similar à da Editora Abril em seu realismo, com ênfase na absorção das últimas novidades da engenharia de comunicações.

Também em 1965, começou a Embratel a instalar a rede de micro-ondas que interligaria o território brasileiro e permitiria receber e emitir som e imagem para todo o mundo via Intelsat. Tais novidades foram usadas pela Rede Globo em seu benefício, permitindo-lhe acelerar o processo de integração de todo o Brasil a partir dos valores estéticos e existenciais da sociedade industrial. O mesmo aconteceu com os avanços tecnológicos subsequentes: o *video tape*, ou gravação de imagens em fita magnética, a televisão colorida. A cor, o padrão internacional de acabamento dos programas, a intensa pregação ideológica do individualismo e do consumismo tornaram-se evidências do *milagre econômica* dos anos 70. Antes mesmo do fechamento das estações geradoras da Rede Tupi, em 1980, a Globo já detinha o virtual monopólio da televisão no Brasil. A ela destinava-se, incluindo emissoras próprias e afiliadas, perto de 70 por cento da verba publicitária do setor que, por sua vez, consumia quase 60 por cento do total de investimentos nacionais em publicidade – gastos em torno de um bilhão de dólares.

O gigantismo empresarial e a valorização do espetáculo pesam sobre o jornalismo de televisão. Na Globo, ela atingiu padrão visual elevado, com predomínio da forma televisiva (a edição em pequenos segmentos, a postura do repórter, a estudada imagem do apresentador); o conteúdo, no entanto, permaneceu preso à proposta do milagre econômico, confuso entre servir ao público e servir ao poder, contaminado pela intimidade com os centros econômicos de decisão, alinhados com os interesses norte-americanos que, por vias indiretas (a indução financeira, principalmente), foram responsáveis pela formação da rede e sua entrega a Roberto Marinho.

### **O JORNALISMO NA ERA DOS OLIGOPÓLIOS DA COMUNICAÇÃO**

O conjunto constituído pelo jornal *O Globo*, pela *Rede Globo*, pelo *Sistema Globo de Rádio*, pela *Rio Gráfica Editora*, pela *Som Livre* (discos) e empresas menores, constitui o maior exemplo dos oligopólios de comunicação que se instituíram no Brasil nos últimos 15 anos. *O Globo*, em si, fundado pelo pai de Roberto Marinho, Irineu, em 1925, desenvol-

veu um percurso peculiar na imprensa brasileira. Dirigido por Roberto todo o tempo (Irineu Marinho não sobreviveu muito tempo à fundação), caracterizou-se pela extrema habilidade em prever o desenvolvimento dos fatos, postando-se a favor dos que finalmente iriam vencer. Assim foi em 1930, quando aderiu à Revolução na hora certa, e em 1945. Também em 1964. Apenas o suicídio de Vargas, inesperada manobra de coragem pessoal, o surpreendeu.

Nos últimos anos, de tranqüilidade e contínuos ingressos financeiros, o jornal e as organizações se expandiram tanto em profundidade quanto em extensão. Hoje, *O Globo* realiza seu *slogan*: é dos maiores jornais do País. E, ao lado do *Jornal do Brasil* e de *O Estado de São Paulo*, conta em seu acervo com uma agência de notícias que reproduz seu enfoque editorial por dezenas de jornais e centenas de emissoras de rádio em todo o Brasil. Estas agências, também viabilizadas pela rede de comunicações da Embratel, representam um segredo de Polichinelo; distribuindo cópias das matérias originalmente feitas para o jornal-matriz, têm custos limitadíssimos; aos assinantes, oferecem cobertura nacional, além do noticiário metropolitano do Rio, São Paulo e Brasília, pelo preço do salário de um único redator qualificado. A elas se deve muito da redução do mercado de trabalho para os jornalistas, bem como a perda de expressão nacional de empresas dos Estados, já não mais representadas efetivamente na Capital e nos centros econômicos principais.

Ao contrário de *O Globo*, *O Estado de São Paulo* tem uma história repleta de incidentes e percalços gerados pelas posições que assumiu. Fundado em 1875 com o nome de *A Província de São Paulo*, o jornal empregou, em 1885, o jornalista Júlio de Mesquita, que seis anos depois assumiria sua direção política e terminaria sendo o proprietário único, a partir de 1902. Fez a campanha da Abolição e da República, saudando-a com manchete — "Viva a República" — de alto a baixo da primeira página, em 16 de novembro de 1889. Apoiou Floriano, enviou ao cenário da guerra de Canudos seu correspondente Euclides da Cunha (colaborador desde 1885), apoiou a candidatura de Rui Barbosa contra Hermes da Fonseca (1910) e contra Epitácio Pessoa (1919), publicou o famoso artigo-denúncia de Monteiro Lobato "Velha Praga", contestando a sublimação em voga do caboclo miserável do interior latifundiário, conspirou para a derrubada da República Velha, dando seu apoio ao Partido Democrático.

Tal postura foi mantida mesmo depois da morte de Júlio de Mesquita, em 1927 — tanto que, por opor-se à ditadura de Vargas, o jornal esteve sob intervenção do Departamento de Imprensa e Propaganda de 15 de março de 1940 a 6 de dezembro de 1945. E esse radicalismo, que o tempo foi marcando com traços conservadores, se firmou até mesmo

quanto à adoção do modelo norte-americano do grande jornal com muitas páginas: foi *O Estado de São Paulo* que o Presidente Jânio Quadros exibiu, em 1961, para ilustrar o absurdo que era, para um país importador de papel, publicar edições tão alentadas, com mais de 200 páginas.

*O Estado* cedeu mais do que sua tradição deixaria supor, para ingressar no rol dos ultramodernos e agigantados jornais de liderança nacional: em meados da década de 70, mudou-se para moderníssimas instalações na periferia da cidade de São Paulo, arcando com custos enormes e juros de vultoso empréstimo externo. Feito admirável para empresa que, pouco antes, diante da censura de suas matérias, editara nos espaços disponíveis quase toda a poética latina de Virgílio e boa parte dos *Lusíadas*, de Luís de Camões.

Em termos paulistas, a concorrência a *O Estado* praticamente se limita às *Folhas*, do grupo Frias. Seu proprietário (e também de *Última Hora* de São Paulo pós-Wainer, e de *Notícias Populares*) adquiriu notoriedade, na década de 50, como concessionário da Estação Rodoviária paulista, o que o teria levado a aderir firmemente à política desenvolvida pelos governos militares. Ultimamente, a linha do jornal líder tem sido a de privilegiar a opinião e a crítica, furtando-se a competir seriamente em volume no setor da coleta de informações, em que está menos aparelhado que o concorrente.

i <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=421&sid=94>